

Artigo original

Para além do texto escolar: o ensino da procuração e a autonomia de jovens e adultos

Beyond the school text: teaching power of attorney and the autonomy of young people and adults

Más allá del texto escolar: la enseñanza de la procuración y la autonomía de jóvenes y adultos

Maria Cecília Mahmed Resende^{1,*} 

Citação: Resende, M. C. M., (2026). Para além do texto escolar: o ensino da procuração e a autonomia de jovens e adultos. *InterteXto*, 19. <https://doi.org/10.18554/it.v19i00.8762>

Editor: Priscila Marques Toneli, Juliana Bertucci Barbosa

Organizador: Acir Mario Karwoski

Recebido: 02 Dezembro 2025

Aceito: 02 Dezembro 2025

Publicado: 30 Janeiro 2026



Texto sobre copyright.



1. Universidade Federal do Triângulo Mineiro , Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), Uberaba (MG), Brasil.

*Autor correspondente: d202320892@uftm.edu.br

Resumo: O presente estudo aborda a relevância da ampliação do repertório de gêneros textuais no ensino escolar. A prática pedagógica, ao se restringir a gêneros tradicionais como contos e poemas, de certa forma, não permite que os alunos estejam preparados para a diversidade textual encontrada na sociedade contemporânea. A pesquisa se fundamenta em teóricos como Mikhail Bakhtin, que entende os gêneros como formas de enunciados socialmente estáveis, e Luiz Antônio Marcuschi, que os vê como ações sociais em constante mutação, além de outros (a). A partir desse entendimento teórico, busca-se, também, analisar as habilidades do Ensino Médio propostas nos documentos oficiais e nos livros didáticos, visto que ainda assim persistem desafios entre teoria e prática. Um exemplo disso é a confusão a respeito da terminologia entre texto e discurso. A proposta central do trabalho é, então, expandir o olhar para gêneros não canônicos, como a procuração (gênero jurídico-administrativo), para demonstrar a importância de os alunos reconhecerem a funcionalidade de textos pouco explorados. Portanto, tem como objetivo capacitar os estudantes a entenderem a utilidade desse gênero na vida adulta, consolidando um aprendizado prático e significativo.

Palavras-chave: canonicidade; desafios; procuração; diversidade; funcionalidade.

Abstract: This study addresses the relevance of expanding the repertoire of textual genres in school education. By restricting pedagogical practice to traditional genres such as short stories and poems, it, to some extent, fails to prepare students for the textual diversity found in contemporary society. The research is grounded in theorists like Mikhail Bakhtin, who understands genres as socially stable forms of utterances, and Luiz Antônio Marcuschi, who views them as social actions in constant mutation, in addition to others.

Based on this theoretical understanding, the study also seeks to analyze the high school skills proposed in official documents and textbooks, as challenges still persist between theory and practice. An example of this is the confusion regarding the terminology between text and discourse. The central proposal of the work is, therefore, to broaden the scope to non-canonical genres, such as the power of attorney (a legal-administrative genre), to demonstrate the importance of students recognizing the functionality of underexplored texts. Therefore, its objective is to enable students to understand the utility of this genre in adult life, consolidating a practical and meaningful learning experience.

Keywords: canonicity; challenges; power of attorney; diversity; functionality.

Resumen: Este estudio aborda la relevancia de ampliar el repertorio de géneros textuales en la enseñanza escolar. Al restringirse la práctica pedagógica a géneros tradicionales como cuentos y poemas, de cierta forma, no permite que los alumnos estén preparados para la diversidad textual que se encuentra en la sociedad contemporánea. La investigación se fundamenta en teóricos como Mikhail Bakhtin, que entiende los géneros como formas de enunciados socialmente estables, y Luiz Antônio Marcuschi, que los ve como acciones sociales en constante mutación, además de otros autores(as). A partir de este entendimiento teórico, se busca también analizar las habilidades de la Enseñanza Media propuestas en los documentos oficiales y en los libros de texto, puesto que todavía persisten desafíos entre la teoría y la práctica. Un ejemplo de esto es la confusión respecto a la terminología entre texto y discurso. La propuesta central del trabajo es, entonces, expandir la mirada hacia géneros no canónicos, como el poder notarial o la procuración (género jurídico-administrativo), para demostrar la importancia de que los alumnos reconozcan la funcionalidad de textos poco explorados. Por lo tanto, tiene como objetivo capacitar a los estudiantes para que comprendan la utilidad de este género en la vida adulta, consolidando un aprendizaje práctico y significativo.

Palabras-Clave: canonicidad; desafíos; procuración; diversidad; funcionalidade.

1. Introdução

Os gêneros textuais são as formas como a linguagem se organiza para cumprir funções sociais específicas. Desde uma mensagem de WhatsApp até um contrato de trabalho, passando por um post em rede social, uma notícia de jornal, um podcast ou um vídeo no YouTube, cada um desses formatos é um gênero textual com suas próprias características, objetivos e público. No entanto, fora do âmbito escolar, o aluno pode encontrar uma diversidade textual dotada de autonomia e criatividade contradizendo as definições impostas a respeito da cristalização da estrutura textual e de situações inesperadas que exigem uma resposta recorrente àquela situação comunicacional específica (Bezerra, 2022)

Os livros didáticos de língua portuguesa e os próprios documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trazem esse entendimento, porém ainda com confusões terminológicas entre

texto e discurso (Bezerra, 2022). Os alunos precisam compreender muito mais em como os textos são produzidos e circulados nos variados ambientes do que apenas identificar, nomear e cumprir por obrigação com o único intento: obter nota na disciplina.

De fato, as escolas ainda atuam de forma tradicional, focando em gêneros como contos, poemas, cartas, história em quadrinhos e textos expositivos. Embora importantes, essa abordagem limita a capacidade de análise crítica quando, por exemplo, estiver diante de gêneros do universo jurídico e/ou administrativo em que foram pouco ou quase nunca utilizados no dia a dia do estudante. Propor uma atividade com os gêneros contemporâneos, do universo digital, pode contribuir para a identificação de outros já preexistentes, visto que já fazem parte do contexto do aluno e eles conseguem naturalmente se inteirar e socializar o entendimento desse conteúdo circulado, porém é preciso que ele também saiba produzir textos técnicos para situações específicas e burocráticas.

A partir dessa reflexão é que foi pensado em trabalhar com o gênero procuração, visto que é necessário expandir o repertório do aluno e levar não apenas o que eles já conhecem, mas sim fazê-los reconhecer textos pouco explorados, além de explicitar a funcionalidade e relevância desse reconhecimento do gênero para a prática na vida adulta.

A utilização desses gêneros supõe o reconhecimento de sua função social e a análise relativa à forma como se organizam, aos recursos e elementos linguísticos e às demais semioses – elementos envolvidos na tessitura de textos pertencentes a esses gêneros –, visando consolidar e ampliar as aprendizagens iniciadas no Ensino Fundamental. (Brasil, 2017, p. 512).

Uma procuração é um documento da esfera jurídica em que, nos termos de jargão, um outorgante (pessoa) concede poderes ao outorgado ou procurador, para representá-lo e agir em diversos atos em seu nome. Reconhecer a estrutura e a funcionalidade desse gênero textual é conveniente, visto que oferece segurança e autonomia nas decisões futuras, além de prevenir possíveis fraudes. Diante o exposto, o estudo tem como objetivo analisar o gênero procuração como exemplo de gênero não canônico e propor uma sequência de atividades, fundamentando-se nos seguintes referenciais teóricos: Bakhtin (2003); Bazerman (2020); Bezerra (2020); Miller (2012).

2. Fundamentação teórica

A comunicação é uma necessidade inerente para a construção da realidade social, manifestando-se de diversas formas ao longo da história, desde a Retórica de Aristóteles, da prensa de Gutemberg até o século XXI vigente (Pinheiro, 2010). A escrita emerge, nesse contexto, como uma ferramenta indispensável e uma ação social complexa, indo além da simples codificação de informações.

De acordo com teóricos como Bazerman (2020), a escrita é vista como um processo dialógico e interacional, onde o autor dialoga com textos anteriores e antecipa as respostas de seus leitores. A trajetória de um estudante que deseja ingressar na universidade é um exemplo que o teórico cita em sua obra com vários outros organizadores. Para se matricular em um curso de graduação, o aluno é submetido a uma série de textos administrativos, como formulários, regulamentos e declarações. Cada um desses documentos não é um ato isolado; pelo contrário, eles constroem um caminho de interação

social e institucional. A escrita de cada formulário, por exemplo, é uma resposta a uma estrutura institucional preexistente e, ao mesmo tempo, um passo que o aluno dá para se posicionar dentro dessa comunidade.

Bakhtin (2005), por sua vez, reforça essa perspectiva ao enfatizar que todo enunciado, seja oral ou escrito, é preenchido com ecos de outros enunciados, sendo, portanto, socialmente construído. A escrita, assim, não é um ato solitário, mas uma prática que participa ativamente na formação de comunidades, na difusão de conhecimentos e na perpetuação de valores culturais e sociais. Nesse sentido, é na interação e no diálogo, mesmo que mediado pelo texto, que a escrita cumpre seu papel de consolidar e transformar o tecido social.

Os fatos sociais consistem em ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou atos de fala. Esses atos são realizados através de formas textuais padronizadas, típicas e, portanto, inteligíveis; ou gêneros, que estão relacionados a outros textos e gêneros que ocorrem em circunstâncias relacionadas. Juntos, os vários tipos de textos se acomodam em conjuntos de gêneros dentro de sistemas de gêneros, os quais fazem parte dos sistemas de atividades humanas. (Bazerman, 2020, p. 37).

Apesar de a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para o Ensino Médio, enfatizar o desenvolvimento de competências comunicativas essenciais para a prática social, sua abordagem parece priorizar, em grande parte, o viés da argumentação. Nesse contexto, é desconsiderado o aprimoramento de habilidades de escrita para a produção de textos técnicos estruturados que, por sua natureza, exigem precisão e clareza em detrimento da argumentação. Exemplos como a redação de uma procuração, de um ofício ou de um relatório técnico demandam do escritor a capacidade de seguir um padrão formal e objetivo, sem a necessidade de defender um ponto de vista. A ausência desses gêneros textuais no currículo pode, portanto, limitar a formação do estudante, deixando-o despreparado para lidar com uma diversidade de situações comunicativas reais do campo jurídico, administrativo e técnico, onde a escrita instrumental é tão relevante quanto a escrita persuasiva.

(EM13LP07) Analisar, em textos de diferentes gêneros, marcas que expressam a posição do enunciador frente àquilo que é dito: uso de diferentes modalidades (epistêmica, deôntica e apreciativa) e de diferentes recursos gramaticais que operam como modalizadores (verbos modais, tempos e modos verbais, expressões modais, adjetivos, locuções ou orações adjetivas, advérbios, locuções ou orações adverbiais, entonação etc.), uso de estratégias de impessoalização (uso de terceira pessoa e de voz passiva etc.), com vistas ao incremento da compreensão e da criticidade e ao manejo adequado desses elementos nos textos produzidos, considerando os contextos de produção. (Brasil, 2017, p. 507).

Dentre as habilidades propostas, a habilidade (EM13LP07) é a que pouco se alinha, ao mencionar que o aluno deve analisar as marcas que o enunciador expressa junto à modalidade deôntica. No gênero procuração, por exemplo, essa modalidade rege o documento ao situar a autorização a alguém:

Figura 1 – Modelo de procuração para pessoa física

Procuração - Pessoa Física

Outorgante: (*nome completo*), (*nacionalidade*), (*estado civil*), (*profissão*), portador(a) do CPF nº _____, RG nº _____, expedido pelo (*órgão*), residente e domiciliado(a) a (rua, avenida, etc.) _____, bairro _____, município _____, Estado _____, CEP _____, telefone _____, pelo presente instrumento nomeia e constitui como seu (sua) bastante Procurador(a) (Outorgado) (*nome completo*), (*nacionalidade*), (*estado civil*), (*profissão*), portador(a) do CPF nº _____, RG nº _____, expedido pelo (*órgão*), residente e domiciliado(a) a (rua, avenida, etc.) _____, bairro _____, município _____, Estado _____, CEP _____, telefone _____, com poderes para representar o outorgante perante a Receita Federal do Brasil, para requerer/solicitar (*especificar poderes*) _____, responsabilizando-se por todos os atos praticados no cumprimento deste instrumento, cessando os efeitos deste a partir de (*dia/mês/ano*).

_____ de _____ de _____
(Local) (Data)

(Assinatura do Outorgante)

Fonte: Brasil, 2024.

No modelo acima, identifica-se a modalidade deôntica, ao final, onde os modos verbais “requerer/solicitar” poderes para a prática de atos na responsabilidade exercem a função de cumprimento expresso no documento como permissão de um para outra pessoa e o gerúndio “cessando” como um modal de negação. Por ser um texto de estrutura quase pronta, quase cristalizada, o aluno dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, não encontraria dificuldade ao produzir e preencher as lacunas com a mediação do professor. A problemática real reside no fato de não introduzirem esse gênero nos livros didáticos. No máximo,

Essas habilidades mais gerais envolvem a ampliação do domínio contextualizado de gêneros já considerados em outros campos – palestra, apresentação oral, comunicação, notícia, reportagem, artigo de opinião, cartaz, spot, anúncio (de campanhas variadas) – e de outros gêneros, como discussão oral, debate, programa de governo, programa político, lei, projeto de lei, estatuto, regimento, projeto de intervenção social, carta aberta, carta de reclamação, abaixo-assinado, petição on-line, requerimento, fala em assembleias e reuniões, edital, proposta, ata, parecer, recurso administrativo, enquête, relatório etc. (Brasil, 2017, p. 512).

Com isso, o livro didático poderia propor atividades que levem o aluno a investigar em que situações uma procuração é necessária, quais os tipos existentes e quais são os riscos que se deve tomar, mostrando por exemplo, notícias que exponham fraudes e quais as consequências, caso haja procuração falsa, intituladas na lei. Abaixo um exemplo de notícia a respeito de procuração fraudada:

Figura 2 – Notícia divulgada na Internet sobre procuração fraudada



Fonte: Rio Grande do Sul, 2019.

Com o avanço da tecnologia e das inúmeras possibilidades na forma de se editar um texto, a probabilidade de estarmos envolvidos em notícias falsas cresce exponencialmente. Tendo ciência de que a língua é fluida e dinâmica, pode-se concluir que, da mesma maneira, o resultado de como a utilizamos, também o é, de acordo com o nosso interesse. Bem como cita Miller (2012), o gênero não é uma categoria estática, mas uma ferramenta social e dinâmica que nos ajuda a interagir uns com os outros, com propósito e contexto.

Como o propósito aqui é abordar um gênero não canônico e técnico, observa-se que, diferente dos gêneros em que podemos diversificar conforme a mudança de seus falantes, da criatividade e da cultura, a procuração é um gênero de estrutura permanente justamente para cumprir sua missão e sentido na função social requerida. Se por um lado os documentos oficiais para a prática pedagógica nos inserem habilidades voltadas mais para análise linguística, colocando texto e discurso como algo único, sabe-se que a procuração sendo um texto pouco moldável, o discurso e seu propósito se encontram ali de diversas formas, ou seja, os

[...] gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que dominamos com facilidade antes mesmo que lhe estudemos a gramática. ... Aprender a falar é aprender a estruturar enunciados. ... Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais. ... Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível. (Bakhtin, 1981 *apud* Marcuschi, 2003, p. 17).

Textos técnicos dispõem de uma estrutura padrão em uma linguagem formal com informações antecipadas de ambas as pessoas envolvidas no documento e, pela recorrência do modelo para aquele fim situacional, na procuração particular, por exemplo, solicitar a entrega de um diploma de graduação, carrega um discurso da mesma forma, não sendo um caso isolado, sem interlocutores. O procurador deve cumprir o objetivo com segurança para aquele que o concede o exercício do ato.

3. Proposta de Sequência Didática: “Procuração e Cidadania”

O objetivo desta sequência didática é, a partir da teoria discutida, instrumentalizar o aluno para a compreensão e produção do gênero procuração. A metodologia se estrutura em três etapas principais, focando na conscientização, na análise e na produção.

Etapa 1: Contextualização e Conscientização (2 aulas)

- Atividade: O professor inicia a aula apresentando manchetes de notícias sobre fraudes envolvendo procurações falsas ou mal redigidas. O foco é gerar um debate sobre os riscos e a importância de se conhecer o gênero.

Figura 3 - Falsificação de documento particular



Fonte: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2021.

Discussão: Promove-se uma roda de conversa com perguntas como: "Por que as pessoas usam procurações?" e "Em quais situações o desconhecimento deste documento pode gerar problemas?". O objetivo é ligar o gênero a situações concretas da vida do aluno e de sua família.

No Brasil, a falsificação de documentos é regida pelo Código Penal brasileiro, que estabelece nos artigos 298 e 299:

Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro:
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa. (Brasil, 1940).

A Lei nº 12.737 (Brasil, 2012) alterou o art. 298 do Código penal, em relação à falsificação de cartão:

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito. (Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012)

Vigência

Falsidade ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra. (Brasil, 1940).

Etapa 2: Análise e Desconstrução do Gênero (3 aulas)

- Atividade: Em grupos, os alunos recebem uma procuração modelo (disponível em sites jurídicos, por exemplo). Devem identificar as partes principais: outorgante, outorgado, poderes concedidos, prazo, assinatura, etc. (analisar notícias recentes que abordam sobre ter ou não prazo de validade para a procuração).

Figura 4 – Modelo de procuração

PROCURAÇÃO
EU, nome completo, naturalidade, estado civil, endereço, documentos de identificação, CONCEDO A nome do procurador, naturalidade, estado civil, endereço, documentos de identificação, PODERES PARA FINS DE especificação/objetivo DURANTE O PERÍODO DE validade do documento.
Local e data
Assinatura do outorgante
Assinatura do outorgado

Fonte: Oliveira, [202-?].

Na elaboração de uma procuração, os documentos necessários são:

1. Identidade original do outorgante (*).

2. CPF original do outorgante;
3. Qualificação e documentação completa do outorgado – se possível cópia da identidade e CPF (**).
4. Comprovante de residência – nos casos de procuração realizada pelo e-notariado ou que verse sobre alienação ou transmissão de direitos reais;
5. Certidão de nascimento ou casamento (de acordo com o estado civil) – nos casos de procuração para alienação ou transmissão de direitos reais.
6. Certidão de ônus real do imóvel expedida a menos de 30 (trinta) dias – nos casos de procuração para alienação ou transmissão de direitos reais.
7. Certificado de Licenciamento (CRLV) mais recente do veículo – nos casos de procuração para o DETRAN/RJ relacionada a alienação de veículos.
8. Contrato social / estatuto social e ata de assembleia, CNPJ, identidade e CPF do representante legal – nos casos de pessoa jurídica.

(*) O documento de identificação e as certidões apresentadas deverão estar legíveis e em bom estado de conservação, sem qualquer tipo de remendas ou rasuras, bem como dentro da validade. Caso contrário, será solicitado outro documento para a realização da procuração.

(**) Entende-se como qualificação completa os seguintes dados: nome completo sem abreviações, nacionalidade, estado civil (se for casado, informar nome do cônjuge e regime de bens, se for solteiro ou divorciado, se possui união estável e com quem), número da identidade com data e órgão expedidor, número do CPF e endereço.

(***) Visando a segurança jurídica do ato a ser praticado, outros documentos, certidões ou atestados poderão ser solicitados para a lavratura da procuração, em especial quanto a propriedade e outros direitos reais. (Cartório do 7º registro civil de pessoas naturais e notas, [202-?]).

- Foco: o professor guiará a análise linguística, destacando o uso de termos técnicos e a estrutura frasal. Discutir a diferença entre "poderes amplos" e "poderes específicos" e o que cada um implica. Trabalhar, preferencialmente, com o tipo de procuração particular pelo fato de possibilitar situações descritas mais próxima da vivência do aluno. A estrutura fixa possui, essencialmente, identificação dos envolvidos; identificação de suas ocupações; poderes que serão concedidos; prazo de validade do documento.

Etapa 3: Produção e revisão colaborativa (3 aulas)

- Atividade: Os alunos recebem um cenário fictício, como "Maria precisa que seu amigo João retire seu histórico escolar na secretaria da escola, pois ela está doente." A tarefa é redigir uma procuração para essa situação.
- Foco: a produção é colaborativa. Os alunos devem consultar a procuração modelo e criar seu próprio texto. A atividade culmina na revisão entre os grupos, onde um grupo atua como "advogado",

analisando se a procuração do outro grupo está clara, completa e sem ambiguidades que poderiam ser exploradas, podendo ser uma teatralização para atividade final.

4. Considerações finais

O trabalho com gêneros não canônicos, como a procuração, no Ensino Médio é uma estratégia pedagógica que transcende o academicismo e se conecta diretamente com a realidade do aluno. Ao associar a teoria de autores como Bakhtin, Marcuschi, Bezerra, Miller e Bazerman, percebe-se que a procuração é mais do que um formato: é uma ação social que exige letramento crítico para ser compreendida e manipulada de forma segura. A sequência didática proposta, ao partir de casos de fraude na mídia, contextualiza o problema e capacita o estudante a produzir o gênero de forma autônoma e segura, exercendo, assim, uma cidadania mais consciente e protegida. A escola, ao assumir esse papel, contribui significativamente para a formação de sujeitos capazes de intervir de forma crítica e informada nas complexas relações sociais mediadas pela escrita.

5. Referências

- BAKHTIN, Mikhail Mikháilovitch. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail Mikháilovitch. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2020.
- BEZERRA, Benedito Gomes. **O gênero como ele é (e como não é)**. São Paulo: Parábola, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 20 jul. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm. Acesso em: 22 jul. 2025.
- Brasil. Receita Federal. **Modelos de documentos**: modelos de procuração de pessoa física. [Brasília, DF]: Receita Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/formularios/modelos/procuracao-pf>. Acesso em: 9 ago. 2025.
- CARTÓRIO DO 7º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E NOTAS. **Documentos básicos necessários para a procuração**. Rio de Janeiro: 7º RCPN, [202-?]. Disponível em: <http://setimoregistrocivil.com.br/site/index.php/tabelionato-de-notas/procuracao>. Acesso em: 12 ago. 2025.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O papel da atividade discursiva na organização da vida social. Cadernos de Linguagem e Sociedade, Brasília, DF, v. 7, p. 7-33, 2004/05. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9697/8564>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MILLER, C. R. Gênero como ação social. In: MILLER, C. R.; DIONISIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. (org.). **Gênero textual, agência e tecnologia**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 21-41.

OLIVIERA, Rafael Camargo de. Procuração. In: BRASIL Escola. **Redação Técnica**. [S.l.]: Brasil Escola, [202-?]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/redacao/procuracao.htm>. Acesso em: 24 jul. 2025.

PINHEIRO, P. A. Gêneros (Digitais) em foco: por uma discussão sócio-histórica. **Alfa**, São Paulo, v.54, n.1, p.33-58, 2010.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Ministério Público. **MP denuncia três advogados que utilizaram procurações falsas de professores e servidores de escolas para ingressar na justiça contra o Estado**. Porto Alegre: MPRS, 2019. Disponível: <https://www.mprs.mp.br/noticias/civel/50353/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Falsificação de documento particular**. Brasília, DF: TJDF, 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/falsificacao-de-documento-particular>. Acesso em: 31 jul. 2025.